



Inclusão Digital
www.une.wiki.br

UNELivre

O Movimento que liberta

UNELivre. Esse movimento surgiu da cabeça maluca de dois ex-diretores da Executiva Nacional dos Estudantes de Computação (ENEC) no último CONUNE. O objetivo era colocar a defesa do Software Livre e do livre acesso a informação como uma das bandeiras prioritárias da UNE. Nós propomos a criação e conseguimos assumir a primeira gestão da nova Diretoria de Inclusão Digital. Durante toda essa gestão, o ME de todo o país começou a ter consciência de que esse tema é horizontal e tem a ver com o aprendizado e a com a carreira de todas as áreas. Apesar disso, esse é um debate que ainda está engatinhando no ME. E nós estamos aqui para trazer novos temas e chamar os estudantes de todo país e os delegados ao 50o. CONUNE a defender esse ideal.

SOFTWARE LIVRE

mais que uma opção, um direito do estudante

O Software Livre é um programa de computador que oferece 4 liberdades:

0. A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;
1. A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
2. A liberdade de modificar o programa para qualquer finalidade;
3. A liberdade de distribuir de modo que você possa beneficiar outros usuários;

Para começar: um programa de computador será um Software Livre livre se todos os seus usuários tiverem as quatro liberdades citadas acima. Notem que os quatro itens acima não fazem nenhuma referência a custos ou preços. O fato de se cobrar ou não pela distribuição ou de a licença de uso do software ser ou ser não gratuita não implica diretamente o software ser livre ou não. Nada impede que uma cópia adquirida por alguém seja revendida, tenha sido modificada ou não por esta pessoa. Para que essas liberdades sejam reais, elas têm que ser irrevogáveis. Caso o desenvolvedor do software tenha o poder de revogar a licença, o software não é livre.

Por que usar Software Livre?

Para uma melhor compreensão dos motivos que cercam os usuários de Software Livre, vale lembrar a forma como ele surgiu e o que representa para a sociedade no contexto atual. O Software Livre surgiu baseado no conceito de liberdade, no qual as pessoas têm o direito garantido às quatro liberdades já mencionadas. Na visão filosófica do Software Livre, a liberdade não é um direito individual, mas um direito coletivo e por isso deve ser mantido e passado de pessoa para pessoa. Além disso, a premissa de qualquer projeto de Software Livre é a colaboração entre as pessoas interessadas, sem concentração de poder ou qualquer outro artifício que venha a ferir as liberdades já mencionadas. Existe uma infinidade de opções para os mais diversos tipos de programas de computador, quando a opção é utilizar somente software livre. E todo dia são lançadas novas versões e novos softwares. Defendemos:

- Utilização de software livre em todos os cursos de graduação e garantia do direito a escolha pelo tipo de software a ser utilizado pelo estudante durante o seu aprendizado.

TV Digital: um debate muito além do padrão

No debate sobre as normas da TV Digital continuam em aberto os padrões que deverão ser seguidos pelo middleware, seja, o software que vai controlar o set-up box e que será responsável pela interatividade da TV Digital. Esses padrões podem ser inclusivos ou exclusivos.

Se o software for livre, qualquer desenvolvedor ou produtor de qualquer comunidade terá condições de desenvolver aplicações (e por tabela programas de TV em formato digital), pois com o código aberto, não será necessário utilizar um formato ou um padrão pré-definido pelas grandes emissoras. Se o software for proprietário e fechado, o controle da TV Digital fica consolidado na mão das grandes emissoras e das empresas de conteúdo, como os grandes estúdios e portais de internet. Com o software da TV Digital fechado, a manutenção do monopólio das grandes empresas fica muito mais fácil, pois com os softwares de desenvolvimento de interfaces custando valores absurdos, a exclusão das entidades e comunidades menos favorecidas se dá automaticamente.

No último dia 03 de julho de 2007 foi lançado no Rio de Janeiro o projeto Ginga Brasil. Esse projeto tem como foco divulgar o projeto do middleware totalmente livre para a TV Digital brasileira. O Ginga Brasil precisará ser encarado como o sistema padrão para interatividade no Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), e para isso, o apoio de estudantes e da UNE é de grande importância.

O que transgênicos e SL podem ter em comum?

Pode parecer estranho, mas a relação entre softwares fechados e a produção de alimentos transgênicos é gigantesca. Nunca tinha pensado nela, mas um dia recebi uma das principais revistas de informática e lá estava, logo na primeira página, a relação. Uma senhora, advogada de uma das maiores companhias de fertilizantes do mundo, dizia para o repórter da revista que sua empresa se preparava para combater a "pirataria" que estava existindo com produtos transgênicos.

Ah! Quer dizer que as empresas de alimentos transgênicos não querem que outras empresas fabriquem alimentos falsificando sua marca, como acontece com tênis, relógios e grifes? Não é isso. Para entender a relação, é preciso saber o que são alimentos transgênicos. Transgênicos são organismos modificados geneticamente em laboratórios, ou seja, não existem naturalmente e nunca existiriam sem a intervenção humana. Não são os famosos enxertos ou cruzamentos entre frutas diferentes. Transgênicos são organismos que tiveram seus códigos genéticos modificados. Por exemplo, alguns alimentos transgênicos receberam genes que só poderiam ser encontrados em animais, nunca em vegetais.

Quem domina os códigos genéticos da semente? Uma única empresa. Desse modo, retira-se dos(as) agricultores(as) o conhecimento sobre as formas naturais de cultivo e concentra-se tal conhecimento em mega-companhias multinacionais. Estamos prestes a viver a era do monopólio do conhecimento sobre os modos de reprodução da vida. Lamentável e muito grave!

Aqui está a relação. As empresas de software proprietário controlam o código-fonte dos seus softwares e apenas permitem que os usuários tenham acesso ao seu código executável, aquele que está na linguagem que somente as máquinas entendem. Do mesmo modo, apenas as empresas de alimentos transgênicos possuem os códigos genéticos de seus alimentos, permitindo que os(as) agricultores(as) tenham acesso somente às sementes. Um dado decisivo é que as sementes transgênicas não conseguem nascer das plantas transgênicas. Estas são estéreis. Isso significa que os(as) agricultores(as) ficarão eternamente na dependência do monopólio de sementes.

A relação entre as empresas que fecham o código-fonte de softwares e que negam o acesso ao código genético de alimentos está no obscuro controle que elas tentam exercer sobre o conhecimento. Qual a finalidade disto? Simplesmente, lucrar com a negação de acesso ao conhecimento. Todavia, o caso dos transgênicos é extremamente grave, pois ele tem impactos decisivos nos ecossistemas. Trata-se de um processo de concentração de riqueza, com base no controle do conhecimento.

Wiki da UNE: uma revolução necessária para o ME

O Wiki da UNE será um serviço gratuito de hospedagem de sites, que poderá ser prestado pela União Nacional dos Estudantes, para todas as entidades estudantis brasileiras. Mais do que isso, trata-se de um servidor que poderá trabalhar utilizando a tecnologia livre Wiki, utilizada pela Wikipedia e que é baseada na construção colaborativa de conteúdo. Aliado a esse serviço, o servidor da UNE vai oferecer um sistema de email e um sistema de gerenciamento de listas de emails, contatos e projetos para cada entidade.

Com o Wiki da UNE, todas as entidades do país estarão realizando um cadastro on-line no site da UNE e, após esse cadastro, estarão tendo acesso imediato a diversos serviços web. Sendo administrado pela UNE, esse serviço elimina o problema de falha de comunicação entre gestões, já que, em caso de mudança de gestão, a UNE fornecerá uma nova senha para o serviço e os novos diretores darão continuidade ao que já vinha sendo feito. E melhor que isso, o email oficial da entidade continua sendo o mesmo.

Por que o Wiki da UNE pode ser considerado uma revolução no Movimento Estudantil?

Por oferecer um recurso nunca antes imaginado, ou pelo menos, que nunca foi possível. O Wiki vai promover um cadastro voluntário de diretores de entidades de todo o país, para utilizar os recursos do sistema. Com isso, o Wiki estará cada vez mais atualizado e coletando informações sobre as

entidades e as gestões em curso. Em pouco tempo, será possível enviar uma mensagem para todos DCEs do país, para todos diretores de centros acadêmicos de um determinado curso de um estado ou para a maioria dos alunos de uma universidade. Muito mais do que um servidor, o Wiki da UNE é um cadastro nacional de estudantes e vai servir para potencializar a comunicação da UNE com as entidades estudantis, das entidades com a sua base estudantil e sobre tudo, da UNE com estudantes de todo o país. Tudo isso utilizando o mais básico dos meios de comunicação on-line: o email.

Por que o Wiki da UNE não foi disponibilizado nesta gestão?

Porque o Movimento UNELivre ainda não representa uma força política dentro da UNE. Mais do que isso, porque a diretoria da UNE não tem interesse neste tipo de ferramenta. Foi apresentado um orçamento de menos de R\$ 7 mil para disponibilizar esse sistema. A Tesouraria da UNE vetou o projeto. O que temos na UNE é que podemos gastar R\$ 25 mil em um banner que foi para o lixo logo depois da Bienal, mas não podemos gastar R\$ 7 mil em um serviço para todas as entidades do país. Para fazer como que o Wiki se torne uma realidade, precisamos de apoio, e o único apoio que a direção da UNE vê é em forma de votos. **Por isso, estamos disputando mais uma vez a diretoria da UNE, para fazer com que esse projeto se torne realidade.**

ODF: Open Document Format - o Documento Livre

Em fins de 2004 ocorreu uma grande tragédia na Ásia, com um *tsunami* destruindo regiões costeiras e matando centenas de milhares de pessoas. Logo após a tragédia, equipes internacionais de resgate acorreram. Entretanto, sua ação foi prejudicada por um problema tecnológico: muitos dos formatos dos arquivos que precisavam ser trocados entre estas equipes não eram compatíveis entre si e conseqüentemente muito tempo e vidas humanas foram perdidas.

O que aconteceu? Devido ao padrão de fato dos formatos dos arquivos de texto ou planilhas manuseados pelas suítes de escritório ser fechada (proprietária) e haver uma relação direta entre este formato do arquivo e o software, tornou-se muito difícil trocar-se arquivos entre softwares diferentes (como entre um Word e um WordPerfect) ou mesmo entre versões antigas e mais novas do mesmo software (como entre um Word XP e um Word 6).

De forma a acomodar os recursos que cada editor de textos desenvolvia, as empresas criaram não apenas programas mas, principalmente, formatos de arquivos. Formatos fechados que são protegidos por licenças de uso que acabaram com uma das principais características dos documentos como os conhecemos: a liberdade para copiá-los. O pior aconteceu quando documentos públicos passaram a ser distribuídos em formatos eletrônicos fechados.

Quando um ente público disponibiliza documentos eletrônicos em formatos fechados, está instituindo a criação de um tributo privado. Para o cidadão ter acesso a documentos e informações públicas tornou-se necessária a realização de uma compra de uma ferramenta. Hoje, uma suite de escritório fechada chega a custar mais de R\$ 1500,00.

Corremos o risco de voltarmos à idade média, a um tempo onde somente aqueles com recursos financeiros, pois eram escritos em Latim, podem ter acesso aos atos e documentos da vida pública. A diferença é que hoje, ao invés do Latim, temos o MSOffice. Chegamos a um ponto onde concursos públicos passaram a exigir e testar conhecimentos de programas fechados.

É necessário promover um novo renascimento. É necessário uma proposta que passe pela criação de um padrão de documento aberto, que não imponha restrições de licenciamento, que não seja definido em formato binário (não aprisione o usuário a um determinado software ou plataforma), que suporte as funcionalidades atuais e futuras da tecnologia dos processadores de texto, planilhas e apresentações, bem como seja armazenado em forma compactada (poupar espaço) e seja de ampla aceitação pela indústria e pelo mercado. É neste contexto que o **ODF, o OpenDocument Format**, se apresenta.

Com mais de 20 produtos suportando o formato e com mais se juntando à lista a cada dia, o ODF se apresenta como o melhor padrão para o armazenamento e distribuição de documentos eletrônicos. A adoção do ODF como padrão ISO somente reforça a sua relevância. Diversos governos já acordaram para a importância da adoção do ODF como formato de distribuição de documentos públicos. Propomos:

- Utilização de formatos de arquivos abertos na publicação de trabalhos acadêmicos, dentre eles, incentivo a adoção do ODF como formato padrão para o meio acadêmico. Contra a exigência do envio de artigos/teses em formatos fechados.



Esta tese está licenciado pela Licença de Atribuição-Uso Não-Comercial-Compatilhamento pela mesma licença 2.5 Brasil do Creative Commons.

Movimento Estudantil Educação à Distância

Com a introdução das tecnologias da informação e comunicação (TICs), muita coisa está mudando na educação. Em especial, uma nova modalidade de ensino vem se tornando cada vez mais popular e vem atraindo muitos estudantes, especialmente aqueles que trabalham e tem pouco tempo para estudar, a Educação à Distância (EAD). É importante notar que o público de EAD é diferente do público dos cursos presenciais. Em sua maioria, os alunos de EAD estão cursando a sua segunda faculdade e a maior parte trabalha e estuda. Além disso, existem diversos tipos de EAD e que não devem ser generalizados. Assim como no presencial, existem cursos de qualidade e de qualidade questionável. Outro fato interessante: em universidades que oferecem as mesmas disciplinas em modo presencial ou EAD, um fato comum é os alunos de EAD terem desempenho superior aos alunos presenciais. Apesar disso, o centro do nosso debate não é a qualidade dos cursos de EAD, mas sim a organização estudantil dentro desses cursos.

O movimento estudantil nos cursos à distância

Durante os debates relativos ao regimento do 50o. CONUNE, uma pergunta difícil foi lançada: alunos de cursos regulares de graduação à distância (EAD) votam e são votáveis ao CONUNE? Essa pergunta causou calafrios em alguns militantes e chegamos até ao absurdo de ter coordenadores de forças políticas que participam da UNE defendendo que esses estudantes não devem nem participar do movimento estudantil, muito menos votar e serem votados para o Congresso da UNE. Com um quadro como esse, chegamos a um fato inquestionável: já passou da hora de a UNE definir a sua posição sobre o tema e, além disso, qual vai ser a postura do movimento estudantil em relação a esses estudantes.

DAP – Diretório Acadêmico do Polo: a entidade dos estudantes à distância

Para refletir a realidade dos Polos Presenciais, a representação estudantil deve também ser organizada em torno dos polos, e não somente em torno do curso ou da universidade do estudante. O DAP nada mais é do que o DCE do Polo Presencial. Que pode contar com “n” cursos de “x” universidades diferentes. Será uma representação estudantil localizada, mas que fará a interface dos estudantes com as coordenações de todos os cursos ali presentes, especialmente com a prefeitura da cidade, que é a responsável pelo Polo Presencial. Propomos que a UNE, UEEs e DCEs incentivem a criação de DAPs como entidades representativas dos estudantes de ensino à distância, especialmente dentro dos cursos do UAB.

Eleição de Delegados para UNE e UEEs na EAD

Um último debate, para os próximos congressos da UNE, é em relação à **eleição de delegados dos cursos à distância**. A nossa proposta é que o DAP ou uma única comissão de 5 alunos organize a eleição para todas as universidades presentes no Polo. O EAD já conta com mais de 500.000 alunos no país e, em se tratando de um setor cada vez mais representativo no movimento, vemos como uma evolução natural a **criação de uma Diretoria de Ensino à Distância na Executiva da UNE** e em todas entidades gerais.

Além disso, defendemos que todos estudantes de cursos de graduação à distância, independente da modalidade e havendo ou não Polo Presencial, tenha o direito a votar e ser votado para delegado ao congresso da UNE.

O novo papel do Centro Acadêmico

Com o início do UAB, diversos centros e diretórios acadêmicos das IFES terão de enfrentar grandes mudanças na sua gestão. Explicamos através de um exemplo: o curso de Pedagogia da UFSCar hoje conta com o ingresso de 40 alunos por ano em um campus. A partir de setembro, o curso de Pedagogia contará com 5 turmas de 50 alunos em 5 pólos e em 2008, com outras 5 turmas em outros polos. Ou seja, o curso de Pedagogia da UFSCar será oferecido em 11 locais, com a coordenação do curso ficando junto ao curso presencial. Ou seja, os cursos dos polos podem até se organizar em volta de CAs, porém, é muito mais interessante que o CA que hoje existe se articule com alunos de EAD e passe a contar com a participação deles.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil

O UAB é um projeto do governo federal de oferta de ensino não-presencial que coloca as IFES em parceria com as prefeituras dos municípios oferecendo cursos, nos polos presenciais. O UAB funciona assim: a prefeitura disponibiliza um Polo Presencial. Esse polo é uma pequena escola, com sala de aula tradicional, um laboratório, com internet e multi-mídia e monitores-professores para o suporte aos alunos. As IFES oferecem os cursos. Um Polo pode abrigar diferentes cursos de diferentes universidades. Uma aula gerada no campus de uma IFES, pode ser transmitida ao vivo para Polos espalhados por todo o país. E os alunos tem acesso aos professores por vídeo-conferência, chat, email ou softwares de e-learning.

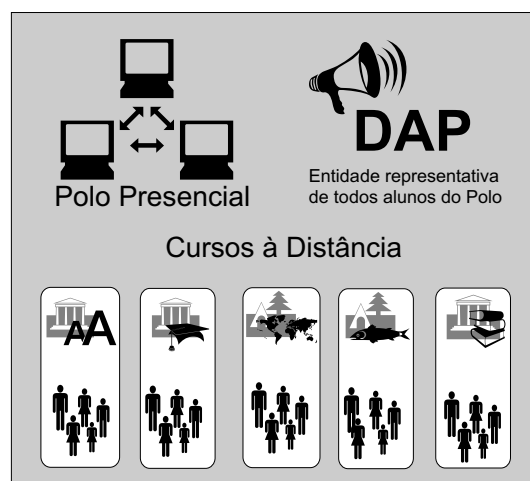
O UAB começa em agosto com 60.000 vagas já em 2007. Do mesmo modo que, no passado, não era de se esperar que o movimento estudantil surgisse e se organizasse dentro das instituições particulares, não é de se esperar que isso ocorra com o ensino à distância, na conjuntura atual. É de se esperar, que o movimento estudantil à distância surja dentro dos polos do UAB.

O DCE e a EAD

O DCE também precisa rever o seu papel garantindo a participação de todos alunos de EAD nos processos eleitorais e a realização de Congressos de Estudantes que conte com a participação de alunos dos polos. Além disso, a posição de ser contra EAD que a maioria dos DCEs mantém só contribui para afastar os estudantes da entidade e incentivar eles a criar um movimento isolado.

Fica a dúvida: **é isso que nós queremos?**

O aluno do UAB



UEEs em defesa do **meio-passe livre intermunicipal**

Hoje estudantes de todo o país gozam de um direito adquirido na década de 70, o direito a meia-passageira, e em alguns municípios, do passe-livre nos transportes públicos municipais. Mais recentemente, os estudantes também adquiriram o direito a meia-passageira intermunicipal RODOVIÁRIA, para o caso de não estudar na mesma cidade em que reside. Para ter esse direito, nos últimos anos os estudantes tem sido obrigados a fazer um cadastro e obter uma carteira de identificação da empresa de ônibus para que possa comprar, durante o período letivo, a passagem pagando 50% do preço. Opa! Na realidade um pouco mais de 50%. E é aí que começam os problemas...

O direito a meia-passageira intermunicipal

Quando você vai ao cinema, você mostra a sua identificação e estudantil e com isso, paga meia-entrada. Não é necessário nenhum cadastro prévio para obter esse direito. Basta uma identificação válida. E com os ônibus, por que não é assim? Este é o ponto central desse debate: o direito a meia-passageira intermunicipal. É aqui que mora a maior enrascada para os estudantes. A prática das empresas ao invés de ser inclusiva é exclusiva. As empresas de ônibus exigem um cadastro prévio e a emissão de uma carteira estudantil única da empresa de ônibus para que o estudante possa comprar o passe. E em muitos casos, o estudante pode pagar meia-passageira apenas para um trajeto coberto pela empresa. Hora, por que não podemos simplesmente apresentar uma identificação válida e com isso ter na hora o direito a nos locomover entre cidades pagando meia-passageira?

Diante disso, propomos um projeto de lei que regulamenta dentro dos estados os seguintes pontos:

- Meia-passageira livre para qualquer estudante em qualquer trajeto rodoviário dentro do estado, mediante apresentação de identificação estudantil válida diretamente no guichê da empresa de ônibus e sem necessidade de cadastro prévio na empresa de ônibus;
- Venda de meia-passageira nos 365 dias do ano, sem restrição ao período de férias, afinal o(a) aluno(a) não precisa freqüentar a universidade apenas no período letivo. Muita gente participa de iniciações científicas, fica de recuperação ou precisa estar na instituição de ensino superior durante as férias por outro motivo qualquer.
- Cálculo do valor de 50% da passagem em relação ao valor total cobrado. Em SP, o valor do passe desconta pedágios e taxas de embarque. Com isso, o valor do passe sai por cerca de 60% do valor total;
- Direito a meia-passageira em todas empresas de ônibus urbanos das regiões metropolitanas. É o caso de estudantes que moram em um município, estudam em município vizinho e o ônibus do município que ele mora não dá direito ao passe, somente o município da faculdade.

A Reforma Universitária e o livre acesso ao conhecimento

Todos(as) sabem que existe um projeto de Reforma Universitária tramitando no congresso. Inicialmente parece uma boa iniciativa. Todos achamos que as universidades estão sucateadas e precisam de "reformas" urgentes. Porém, o que pouca gente sabe é o que essa reforma realmente propõe. Essa reforma não é uma reforma meramente física. O atual PL 7200/06, que outrora caminhava em regime de urgência na câmara à sombra das eleições, toca em assuntos primordiais da atuação das universidades, e especialmente do ponto de vista pedagógico.

Além de ter pontos que consideramos bons, como a regulação do ensino a distância, e outros ruins, como o orçamento que continua obscuro, a Reforma é omissa quanto a questão da liberdade do conhecimento. Uma verdadeira Reforma Universitária deveria instituir o uso de Software Livre em todas Universidades Públicas. Assim, elas estariam não só economizando milhões em licenças, como reverteriam parte dessa verba em desenvolvimento local (nesse caso os reais não virariam dólares que migram pro exterior) e o principal, estariam defendendo a liberdade de uso e acesso ao que realmente está sendo utilizado em suas máquinas, criando um melhor ambiente de aprendizado nas salas de aula e maior segurança na área administrativa.

Ainda sobre a liberdade do conhecimento, uma Reforma Universitária justa deveria pregar que toda a produção acadêmica de nossas Universidades Públicas estivesse sob uma licença livre, como por exemplo a **Creative Commons: Atribuição-Compatilhamento** pela mesma licença, ou mesmo alguma licença que permita o uso livre apenas em território nacional. É um absurdo que produções feitas com financiamento público (dinheiro do povo que paga salários, bolsas, laboratórios, etc..), sejam registradas com copyrights e patentes, garantindo apenas a seus(uas) "autores(as)" a exploração delas. O povo brasileiro também é autor!

Somos sim a favor de "Uma Reforma Universitária", mas a proposta atual precisa melhorar bastante. Queremos uma reforma que garanta a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica, para Todos e Todas, com uso e desenvolvimento de Software Livre.

PROPOSTAS

- ⇒ Campanha pelo direito a utilização de Software Livre em todos cursos universitários
- ⇒ Utilização do Open Document Format (**ODF**) como formato padrão para trabalhos e documentos digitais
- ⇒ Defesa do Creative Commons como licença padrão para disponibilização de trabalhos acadêmicos
- ⇒ Utilização do Wiki na organização do ME
- ⇒ Implementação imediata do WIKI DA UNE
- ⇒ Apoio ao projeto Ginga Brasil. Que todo software utilizado na TV Digital seja livre
- ⇒ Criação de uma Diretoria de Ensino à Distância na Executiva da UNE
- ⇒ Que a UNE defenda uma Regulamentação imediata do Ensino à Distância no país
- ⇒ Que a UNE e as **UEEs** incentivem a criação do Diretório Acadêmico do Polo(DAP) como entidade representativa dos estudantes do Pólo Presencial no Ensino à Distância
- ⇒ Que a UNE e as **UEEs** reconheçam os DAPs como entidades de representação de estudantes de diferentes cursos, de diferentes universidades, situados em um mesmo Pólo Presencial
- ⇒ Que nas próximas eleições de delegados para o Congresso da UNE, o DAP ou uma única comissão de 5 alunos possa organizar a eleição para todas as universidades presentes no Polo. A comissão deve conter alunos de todas universidades presentes no Polo.
- ⇒ Migração do site da UNE para Software Livre
- ⇒ Disponibilização de documentos somente em formatos abertos no site da UNE
- ⇒ Disponibilização de um Sistema de Emissão de Carteiras da UNE em Software Livre.
- ⇒ Retirada imediata do sistema atual de carteiras que exige a compra de softwares proprietários.